

**Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis
Sistema Portugal**

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2018

1 - Introdução

A Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis Sistema Portugal, com sede social em Lisboa, na Rua dos Caetanos, nº. tem como atividade principal a Promoção e divulgação da metodologia de intervenção social através da música.

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2018.

O presente relatório contém uma exposição fiel e clara da evolução da atividade e do seu desempenho, dos resultados posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

Após uma aceleração da atividade mundial em 2017 e de acordo com a generalidade dos analistas, durante 2018 continuou a registar-se uma expansão sólida da economia mundial apesar de se notar um certo nível de abrandamento, devido essencialmente ao aumento dos custos comerciais e ao desfavorecimento das condições financeiras em algumas partes do mundo, o declínio do crescimento económico em muitas das grandes economias antecipou-se ao que era previsto.

Ainda assim, as condições dos mercados financeiros e de trabalho continuaram favoráveis, bem como os elevados níveis de confiança dos agentes económicos das principais economias avançadas.

2.1. A Nível Internacional e Europeu.

Ao longo do primeiro semestre de 2018, o crescimento do PIB mundial manteve-se robusto, mantendo o seu crescimento estabilizado em cerca de 3,7%.

Notou-se alguma disparidade na evolução da atividade entre as diversas economias, tendo-se verificado um abrandamento do crescimento na área do euro, no Reino Unido e no Japão, e o oposto nos Estados Unidos. Segundo dados do Banco de Portugal, nos Estados Unidos registou-se um aumento em termos homólogos de 2,7% do PIB.

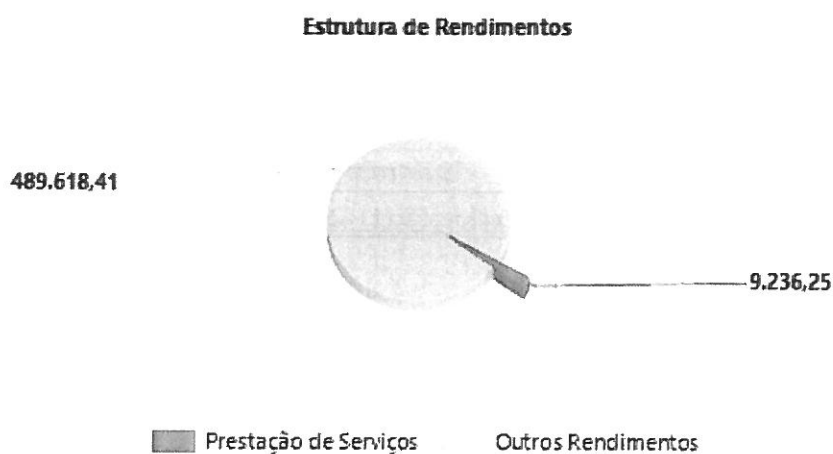
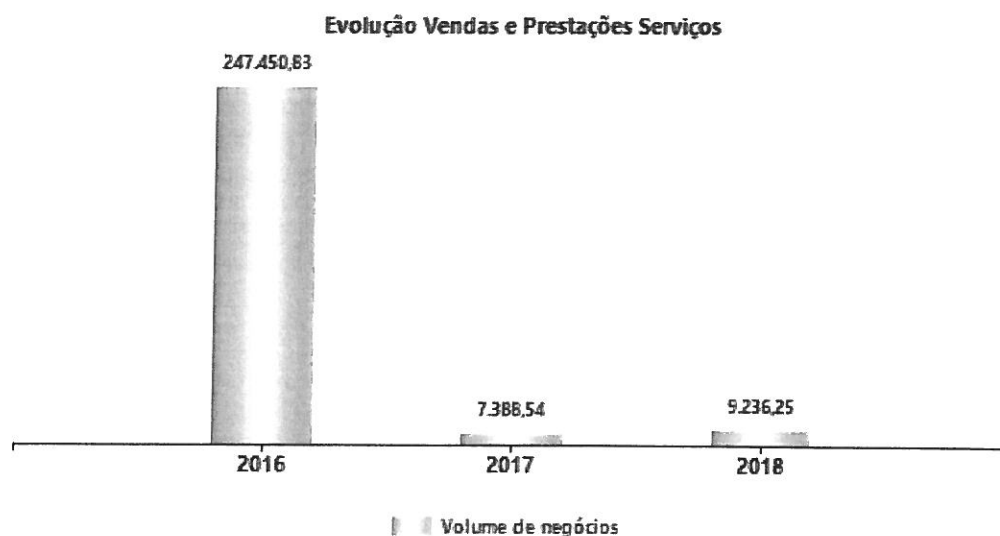
Para a área do euro, a atividade económica registou um abrandamento face ao crescimento forte registado em 2017, mantendo assim um crescimento robusto (2,3% em termos homólogos, face a 2,8% no segundo semestre de 2017). No Reino Unido, o PIB aumentou 1,2% em termos homólogos, mas ficou abaixo do crescimento registado no segundo semestre (1,5%). Em termos anuais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um crescimento do PIB mundial de 3,7%.

2.2 A nível Nacional

Os mais recentes dados disponibilizados pelo Banco de Portugal apontam para uma continuação da expansão económica em 2018, embora a um ritmo mais moderado e inferior ao observado em 2017, influenciado por uma procura externa menos dinâmica, notando-se, contudo, um enquadramento externo favorável à economia portuguesa. Durante o primeiro semestre de 2018, registou-se um crescimento do PIB de 2,3% em termos homólogos, 0,2% abaixo do registado no segundo semestre de 2017. Para o conjunto do ano, as projeções do Banco de Portugal encontram-se alinhadas com as da Comissão Europeia, prevendo um crescimento do PIB de 2,1%.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2018 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, volume de negócios atingiu um valor de 9.236,25 €, representando uma variação de 25,00% relativamente ao ano ante



O detalhe dos valores do gráfico acima é o seguinte:

i) Prestações de Serviços – 9.236,25 €, proveniente de:

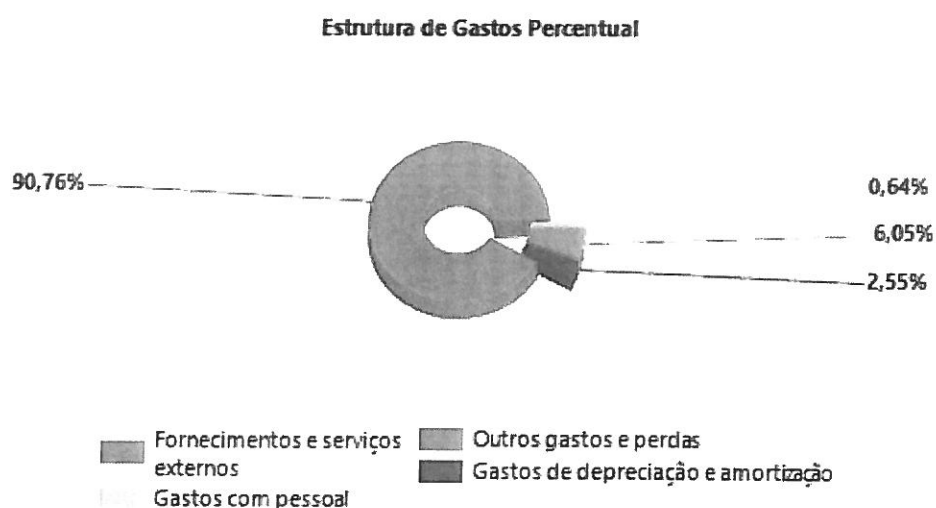
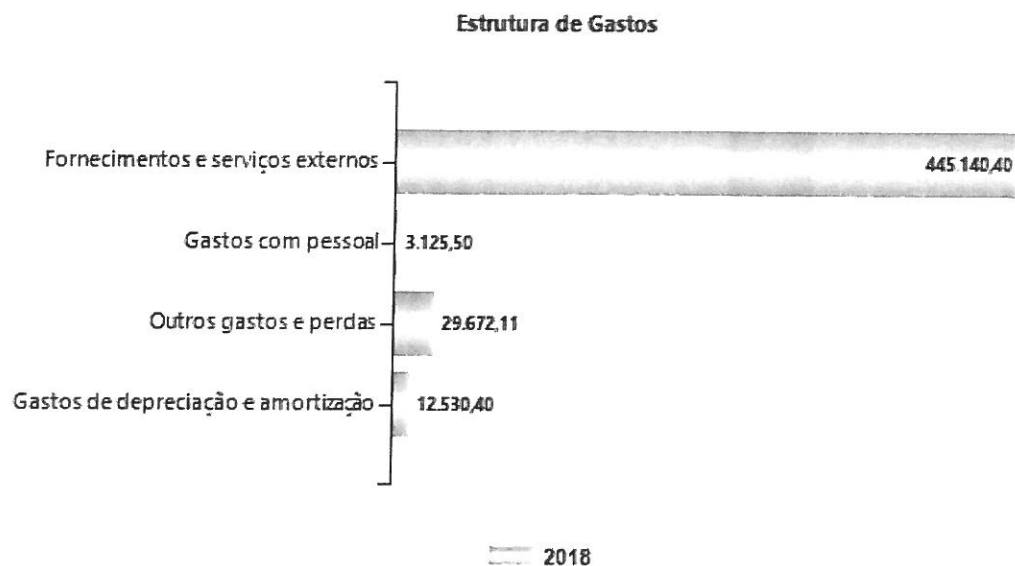
Quotas	702,00 €
Rendimentos de Patroc/Colaborações	5.679,24 €
Prestações de Serviços Diversos	2.855,01 €

ii) Outros Rendimentos – 489.618,41 €, proveniente de:

Subsídios e doações	482.995,41 € **
Imputação Subsídios ao investimento	6.623,00 € (Transferência para proveitos na base sistemática das depreciações do exercício, das viaturas doadas à AOSJSP no ano de 2017)

** Subsídios e doações à exploração:	2016	2017	2018
Município de Amadora	54.880,00 €	54.553,54 €	54.355,72 €
Município de Loures	59.438,12 €	108.700,00 €	76.400,00 €
Município de Lisboa	129.047,00 €	100.000,00 €	100.000,00 €
Município de Oeiras	17.098,20 €	17.098,20 €	15.673,35 €
Município de Sintra	16.599,37 €	21.128,76 €	
Município de Sesimbra	11.307,06 €	26.614,20 €	19.960,60 €
Município de Almada	8.858,00 €	32.850,00 €	
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa		31.874,00 €	75.177,00 €
Fundação Share	40.000,00 €	30.000,00 €	30.000,00 €
Fundação Calouste Gulbenkian		13.933,00 €	26.271,00 €
Agrup Escolas Mem Martins			9.000,00 €
BNP-Paribas	25.561,40 €	27.500,00 €	27.500,00 €
Banco Santander		9.000,00 €	9.000,00 €
Hilti			2.000,00 €
Clube Soroptimist Estoril Cascais			1.000,00 €
Superar Suisse			7.186,69 €
Egeac- Emp Gestão Equi Anim Cultural			5.411,50 €
Eborae Music			1.100,00 €
Outras Entidades	98.378,16 €	11.483,46 €	<u>9.261,90 €</u>
Sub-total (1)	461.167,31 €	484.735,16 €	469.297,76 €
Subsídios ao Investimento:			
C M Oeiras (imputado na % dos gastos incorridos)			<u>10.634,65 €</u>
Sub-total (2)			10.634,65 €
Prémios:			
Prémio TVI			<u>3.063,00 €</u>
Sub-total (3)			3.063,00 €
Total Subsídios, doações e legados à exploração (1+2+3)	461.167,31 €	484.735,16 €	482.995,41 €

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

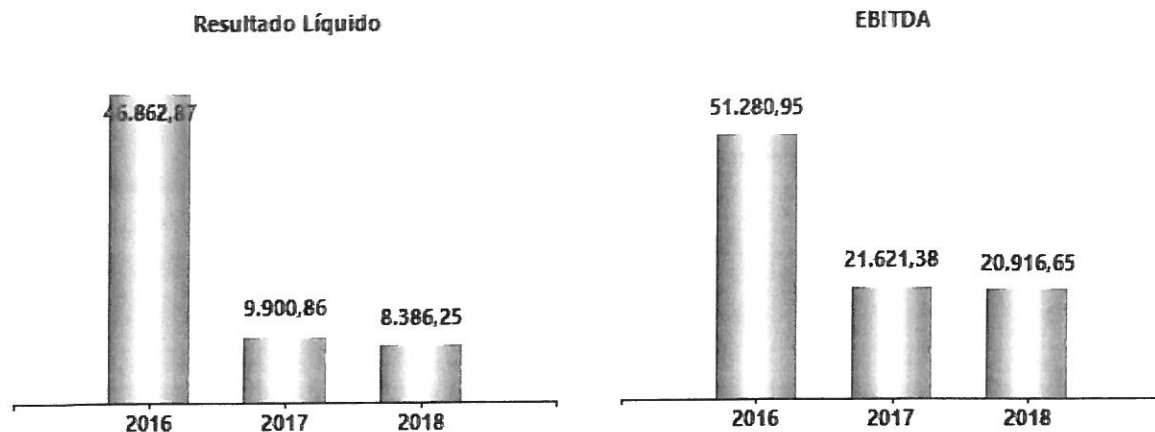


No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal.

No presente exercício a entidade não possui colaboradores ao seu serviço com vínculo laboral, no entanto suportou custos com Seg. Acidentes de Trabalho, no valor 1.015,45 € a favor dos prestadores de serviços em regime de trabalho independente e o montante de 2.110,05 € de contribuição para a segurança social, como entidade contratante dos referidos prestadores de serviços.

RUBRICAS	PERIODOS	
	2018	2017
Gastos com Pessoal	3.125,50	2.834,10
Nº Médio de Pessoas	0	0

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



O Resultado Líquido e o EBITDA obtido em 2016 apresenta um valor muito superior aos anos de 2017 e 2018, por influência direta da especialização do exercício exercida no ano de 2016. Considerando deste modo a totalidade dos proveitos obtidos como receita integral, não diferindo a mesma na proporção dos gastos, uma vez que a entidade desenvolve projetos por períodos de ano letivo.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de ba

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2018		2017	
Ativo não corrente	43.871,19	7 %	51.501,25	11 %
Ativo corrente	561.400,04	93 %	416.400,15	89 %
Total ativo	605.271,23		467.901,40	

RUBRICAS	2018		2017	
Capital Próprio	291.203,74	48 %	283.534,40	61 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	314.067,49	52 %	184.367,00	39 %
Total Capital Próprio e Passivo	605.271,23		467.901,40	

O quadro acima reflete a posição financeira da entidade, espelhando um aumento líquido da massa patrimonial de cerca de 30%

5 - Expetativas Futuras

Para o exercício de 2019, é expectável o concretizar de novos projetos

6 - Outras Informações

A Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis Sistema Portugal não dispõe de quaisquer sucursais quer no território quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2018.

Não foram realizados negócios entre a entidade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos ou adiantamentos, nem atribuída qualquer valor remuneratório.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de direção assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.
Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Parceiros Doadores e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Associação das Orquestras Sinfónicas Sistema Portugal.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Lisboa, 11 de Junho de 2019

O Presidente da AOSJSP

O Vice-Presidente

(António Luís Wagner Diniz)

(Helena Lima da Silva)

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis Sistema Portugal

ANO : 2018

1 - Identificação da entidade

- 1.1 Dados de identificação

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

- 2.1 Referencial contabilístico utilizado
- 2.2 Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras
- 2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

- 3.1 Principais políticas contabilísticas
- 3.2 Alterações nas políticas contabilísticas
- 3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas
- 3.4 Correção de erros de períodos anteriores

4 - Ativos fixos tangíveis

- 4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis
 - 4.1.1 Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:
 - 4.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:
- 4.2 Outras divulgações

5 - Rendimentos e gastos

- 5.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços
- 5.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:
- 5.3 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos
- 5.4 Outras divulgações sobre rendimentos e gastos

6 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

- 6.1 Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas
- 6.2 Outras divulgações

7 - Instrumentos financeiros

7.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

7.3 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

7.3.1 Dívidas a fornecedores

8 - Benefícios dos empregados

8.1 Outras divulgações

9 - Acontecimentos após a data do balanço

9.1 Outras divulgações

10 - Fluxos de caixa

10.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Notas às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis Sistema Portugal

Número de identificação de pessoa coletiva: 513230726

Lugar da sede social: Rua dos Caetanos, 29 - Lisboa

Natureza da atividade: Promoção e divulgação da metodologia de intervenção social através da música.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Todos as rubricas são comparáveis com o exercício anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de

utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”. Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito das ESNL, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de “Outras variações nos capitais próprios”. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não Aplicável.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Não Aplicável ---

3.4. Correção de erros de períodos anteriores

Foram red denominados os montantes da rubrica de "Vendas e Prestações de Serviços" do ano de 2017, para "Subsídios, doações e legados à exploração", a fim de permitir uma leitura comparativa com o período anterior mais consistente.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Os critérios de mensuração utilizados foram o Modelo do Custo para os bens adquiridos e do Justo Valor para os bens doados.

O Método de Depreciação utilizado foi o da Linha Reta.

Sendo a Vida útil estimada de 6 anos para os Equipamentos Básicos - Instrumentos Musicais e de 4 anos para o Viatura Ligeira e de 7 anos para a viatura pesada de transporte de passageiros.

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Equipamento básico	Equipamento de transporte	TOTAL
Valor bruto no início	30.557,93	41.500,00	72.057,93
Depreciações acumuladas	13.930,18	6.626,50	20.556,68
Saldo no início do período	16.627,75	34.873,50	51.501,25
Variações do período	(1.007,06)	(6.623,00)	(7.630,06)
Total de aumentos			
Total diminuições	5.907,40	6.623,00	12.530,40
Depreciações do período	5.907,40	6.623,00	12.530,40
Outras transferências	4.900,34		4.900,34
Saldo no fim do período	15.620,69	28.250,50	43.871,19
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>35.458,27</i>	<i>41.500,00</i>	<i>76.958,27</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>19.837,58</i>	<i>13.249,50</i>	<i>33.087,08</i>

Quadro comparative 2017:

Descrição	Equipamento básico	Equipamento de transporte	TOTAL
Valor bruto no início	26.519,08		26.519,08
Depreciações acumuladas	8.836,16		8.836,16
Saldo no início do período	17.682,92		17.682,92
Variações do período	(1.055,17)	34.873,50	33.818,33
Total de aumentos			
Total diminuições	5.094,02	6.626,50	11.720,52
Depreciações do período	5.094,02	6.626,50	11.720,52
Outras transferências	4.038,85	41.500,00	45.538,85
Saldo no fim do período	16.627,75	34.873,50	51.501,25
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>30.557,93</i>	<i>41.500,00</i>	<i>72.057,93</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>13.930,18</i>	<i>6.626,50</i>	<i>20.556,68</i>

4.2. Outras divulgações

Os bens registados na rubrica "Equipamentos de transporte" foram obtidos a título gratuito, no ano de 2017, em estado de uso, e destinam-se a serem utilizados na atividade operacional da entidade, pelo que foram reconhecidos como item do ativo fixo tangível.

Os bens obtidos por doação foram os seguintes:

- Viatura FIAT DUCATO FURGÃO, matrícula 75-HU-18
- Viatura Pesada de passageiros, matrícula 86-HV-96

Em termos de mensuração dos bens doados e acima descritos, foram mensurados ao seu justo valor, tendo-se obtido parecer com o seu valor comercial à data, de entidades do sector do comércio de automóveis.

Refere-se ainda a transferência numa base sistemática para a conta 7883 - Imputação de subsídios/doações para investimentos, à medida que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitam.

5 - Rendimentos e gastos

5.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o contratante do serviço.

Inclui os influxos brutos de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade, recebidos e a receber de sua própria conta.

5.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Representam os valores de Rendimentos reconhecidos durante o período, conforme o quadro seguinte, relativamente as contas de Prestação de Serviços, num total de 9.236,25 €.
nomeadamente:

- Quotizações	702,00 €
- Rendimentos de patrocinadores e Colaborações	5.679,24 €
- Protocolos e Contratos	2.855,01 €

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	9.236,25	7.388,54
Total	9.236,25	7.388,54

5.3. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

A rubrica dos Fornecedoros e Serviços externos, correspondem aos custos inerentes ao desenvolvimento da atividade, no presente exercício.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	11.159,46	17.904,00
Serviços especializados	292.437,46	318.809,19
Trabalhos especializados	3.761,36	13.720,49
Publicidade e propaganda	4.809,44	2.946,77
Vigilância e segurança	804,92	437,88
Honorários	276.306,76	257.370,12
Comissões	500,00	
Conservação e reparação	5.802,16	5.113,03
Outros	452,82	39.220,90
Materiais	39.115,46	17.030,35
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	33.320,47	11.566,93
Livros e documentação técnica		57,30
Material de escritório	1.247,08	845,67
Artigos para oferta		2.379,40
Outros	4.547,91	2.181,05
Energia e fluidos	2.010,42	1.050,07
Combustíveis	2.010,42	1.050,07
Deslocações, estadas e transportes	86.741,92	95.159,66
Deslocações e estadas	51.142,82	48.206,07
Transportes de pessoal	34.712,00	41.639,99
Transportes de mercadorias	887,10	5.313,60
Serviços diversos	13.675,68	13.299,58
Rendas e alugueres	7.378,33	7.037,01
Comunicação	165,33	6,80
Seguros	5.348,34	4.825,04
Contencioso e notariado	30,00	
Despesas de representação		986,89
Limpeza, higiene e conforto	753,68	368,84
Outros serviços		75,00
Total	445.140,40	463.252,85

Outras divulgações sobre rendimentos e gastos

- 5.4. Registaram-se Gastos e Rendimentos a reconhecer em exercícios seguintes, por se tratar de Protocolos estabelecidos com as diversas entidades e tendo por base o regime contabilístico do Acréscimo.

Nome	Valor
<i>Gastos Diferidos:</i>	23.549,64
Seguros	395,42
Gastos c/ projeto C M Almada	19.438,68
Gastos c/ projeto Orq Afetos - C M Oeiras	3.715,54
<i>Rendimentos a Reconhecer:</i>	301.278,00
Subsidios Div Entidades	301.278,00

Os Diferimentos indicados referem-se a gastos suportados no presente exercício, mas referentes a 2019, ano em que ocorrerá o respetivo rendimento.

Os rendimentos a reconhecer, são referentes a Protocolos já firmados com as diversas entidades, mas para Projetos exequíveis em exercícios seguintes.

6 - Subsídios e outros apoios

6.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

A AOSJSP recebeu diversos apoios durante o presente exercício, de Subsídios e Doações, num total de **487.840,51 €**, das seguintes entidades:

- Subsídios do Estados e Outros Entes Públicos:

i) Subsídios ao Investimento:

- Camara Municipal de Oeiras	<u>10.634,65 €</u>	10.634,65 €
------------------------------	--------------------	--------------------

A Camara Municipal de Oeiras atribuiu um subsidio para aquisição de instrumentos e acessórios, no valor total de 27.509,85 €, que foram inicialmente reconhecidos na rubrica de "Fundos Patrimoniais" e subsequentemente imputados, como rendimentos, para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem, e dos quais já foram utilizados 10.634,65 €.

i) Subsidios à Exploração:

- Camara Municipal de Lisboa	100.000,00 €	
- Camara Municipal de Sesimbra	19.960,60 €	
- Santa Casa Misericórdia de Lisboa	75.177,00 €	
- Camara Municipal de Oeiras	15.673,35 €	
- Camara Municipal da Amadora	54.355,72 €	
- Camara Municipal de Loures	76.400,00 €	
- Agrupamento Escolas Mem Martins	9.000,00 €	
		350.566,67 €

Outras Entidades:

- BNP Paribas	27.500,00 €	
- Clube Soroptimist Estoril Cascais	1.000,00 €	
- Fundação Calouste Gulbenkian	26.271,00 €	
- Share Stifung	30.000,00 €	
- Superar Suisse	7.186,69 €	
- Banco Santander Totta	9.000,00 €	
- Egeac- Emp Gestão Equi Anim Cultural	5.411,50 €	
- Donativos de Entidades Diversas e de Particulares	<u>17.207,00 €</u>	<u>123.576,19 €</u>
		469.297,76 €

Quadro Comparativo de Subsídios e doações à exploração:

Subsídios e doações à exploração:	2016	2017	2018
Município de Amadora	54.880,00 €	54.553,54 €	54.355,72 €
Município de Loures	59.438,12 €	108.700,00 €	76.400,00 €
Município de Lisboa	129.047,00 €	100.000,00 €	100.000,00 €
Município de Oeiras	17.098,20 €	17.098,20 €	15.673,35 €
Município de Sintra	16.599,37 €	21.128,76 €	
Município de Sesimbra	11.307,06 €	26.614,20 €	19.960,60 €
Município de Almada	8.858,00 €	32.850,00 €	
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa		31.874,00 €	75.177,00 €
Fundação Share	40.000,00 €	30.000,00 €	30.000,00 €
Fundação Calouste Gulbenkian		13.933,00 €	26.271,00 €
Agrupamento de Escolas Mem Martins			9.000,00 €
BNP-Paribas	25.561,40 €	27.500,00 €	27.500,00 €
Banco Santander		9.000,00 €	9.000,00 €
Hilti			2.000,00 €
Clube Soroptimist Estoril Cascais			1.000,00 €
Superar Suisse			7.186,69 €
Egeac- Emp Gestão Equip Anim Cultural			5.411,50 €
Eborae Music			1.100,00 €
Outras Entidades	98.378,16 €	11.483,46 €	9.261,90 €
Sub-total (1)	461.167,31 €	484.735,16 €	469.297,76 €
Subsídios ao Investimento:			
C M Oeiras (imputado na % dos gastos incorridos)			10.634,65 €
Sub-total (2)			10.634,65 €
Prémios:			
Prémio TVI			3.063,00 €
Sub-total (3)			3.063,00 €
Total Subsídios, doações e legados à exploração (1+2+3)	461.167,31 €	484.735,16 €	482.995,41 €

7.1. Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido das perdas por imparidade, caso exista

7.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Resultados transitados	235.697,04	7.906,11	9.900,86	237.691,79
Outras variações nos capitais próprios	37.936,50	10.634,65	17.823,85	45.125,70
Doações	37.936,50		(9.686,00)	28.250,50
Outras variações		10.634,65	27.509,85	16.875,20
Total	273.633,54	18.540,76	27.724,71	282.817,49

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Resultados transitados	33.024,46		202.672,58	235.697,04
Outras variações nos capitais próprios			37.936,50	37.936,50
Doações			37.936,50	37.936,50
Total	33.024,46		240.609,08	273.633,54

7.3. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

7.3.1. Dívidas a fornecedores

As dívidas a fornecedores são saldadas no Curto Prazo, não existindo dívidas em mora.

Nome	Valor
Fornecedores Diversos c/c/	8.261,56

8 - Benefícios dos empregados

8.1. Outras divulgações

A conta de Gastos com o Pessoal, apresenta os valores pagos com Seguro de Acidentes no Trabalho com os Prestadores de Serviços registados em Honorários na rubrica de Fornecimentos e Serviços de Terceiros e os encargos para a segurança social, como entidade contratante desses mesmos prestadores.

Descrição	Valor
Gastos com o pessoal:	3.125,50
Encargos sobre as remunerações	2.110,05
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.015,45

9 - Acontecimentos após a data do balanço

9.1. Outras divulgações

Não Aplicável.

10 - Fluxos de caixa

10.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	190,59	606,99	794,89	2,69
Depósitos à ordem	203.321,28	497.236,90	519.630,07	180.928,11
Outros depósitos bancários				
Total	203.511,87	497.843,89	520.424,96	180.930,80

Quadro comparative 2017:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	963,56	2.554,43	3.327,40	190,59
Depósitos à ordem	197.150,43	460.802,84	(6.170,85)	203.321,28
Outros depósitos bancários				
Total	198.113,99	2.554,43	(2.843,45)	203.511,87

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em
31/12/2018
(montantes em euros)**

**Associação das Orquestras Sinfónicas
Juvenis Sistema Portugal**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	5	9.236,25	7.388,54
Subsídios, doações e legados à exploração	6	482.995,41	484.735,16
Fornecimentos e serviços externos	5	(445.140,40)	(463.252,85)
Gastos com o pessoal	8	(3.125,50)	(2.834,10)
Outros rendimentos	5	6.623,00	7.342,50
Outros gastos		(29.672,11)	(11.757,87)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		20.916,65	21.621,38
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(12.530,40)	(11.720,52)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8.386,25	9.900,86
Resultado antes de impostos		8.386,25	9.900,86
Resultado líquido do período		8.386,25	9.900,86

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	43.871,19	51.501,25
		43.871,19	51.501,25
Ativo corrente			
Créditos a receber	7	356.479,60	212.888,28
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	7	440,00	
Diferimentos		23.549,64	
Caixa e depósitos bancários		180.930,80	203.511,87
		561.400,04	416.400,15
Total do ativo		605.271,23	467.901,40
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados		237.691,79	235.697,04
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	6	45.125,70	37.936,50
Resultado líquido do período		8.386,25	9.900,86
Total dos fundos patrimoniais		291.203,74	283.534,40
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	7	8.509,56	13.963,30
Estado e outros entes públicos		2.797,94	2.398,41
Financiamentos obtidos	7	1,99	1.100,09
Diferimentos		301.278,00	166.905,20
Outros passivos correntes	7;8	1.480,00	
		314.067,49	184.367,00
Total do passivo		314.067,49	184.367,00
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		605.271,23	467.901,40

Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis Sistema Portugal (AOSJSP) - Parecer do Fiscal Único relativo ao exercício de 2018

Nos termos dos Estatutos, o Conselho Fiscal recebeu e analisou o Relatório de Atividades de 2018. Procedeu especificamente ao exame do Centro de Custo, Balanço, Demonstração de Resultados e Mapa de Fluxos de Caixa.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente baseada no exame da informação financeira constante nesse relatório e na verificação da concordância desta com as demonstrações financeiras que lhe foram apresentados e as quais encontrou efectuadas em conformidade com a Lei e as regras de boa contabilidade, pelo que nada tem a observar sobre a sua regularidade.

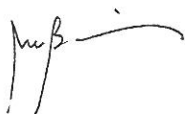
Salientamos que, da análise da Demonstração dos Resultados por Naturezas, as Prestações de Serviços sofreram uma variação de 40,56% relativamente ao ano anterior. Embora essa variação seja justificada no Relatório de Gestão como um incorrecto registo dos proveitos referentes ao ano 2017, verificamos que o Resultado líquido do período decresceu 15% em relação a 2017, justificado essencialmente pelo decréscimo de 10% dos subsídios e doações que representam 99% da totalidade dos rendimentos.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, uma menor autonomia financeira e maior endividamento.

OPINIÃO

Em resultado da análise realizada, propomos à Assembleia que aprove o Relatório de Gestão do exercício de 2018 e discuta os novos projectos de actividade para 2019 que permitam a sustentabilidade da actividade da associação .

P' Conselho Fiscal



M. Lídia Barreiros
Lisboa, 24 de Junho 2019